

REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

É hoje aceite de forma essencialmente pacífica, que o centro interior do país se encontra num círculo vicioso de empobrecimento, saída de jovens por falta de emprego, envelhecimento da população residente, abandono dos campos, subfinanciamento das instituições de ensino superior e muitos outros problemas.

Sucedem, depois, que Portugal tem neste momento fortes assimetrias populacionais, com fortíssimos afluxos migratórios às duas grandes áreas metropolitanas do país, que têm Lisboa e o Porto como seus principais polos de atração.

Acresce referir que vastas regiões do centro do país, de Bragança à serra algarvia, incluindo os distritos de Castelo Branco, de Vila Real, de Portalegre, Beja ou Évora há muitas décadas que se vêm confrontando com um processo de acentuado despovoamento, com a perda de mais de metade da sua população residente desde os anos sessenta.

No concernente ao distrito de Castelo Branco, falamos dos concelhos de Oleiros, de Vila de Rei, Proença-a-Nova, Sertã, Vila Velha de Ródão, Idanha-a-Nova, Penamacor, as regiões poente dos concelhos de Castelo Branco e do Fundão, também a zona serrana do concelho da Covilhã. Verifica-se, depois, que o "poder de compra per capita" da maioria destes territórios é também significativamente reduzido, sobretudo quando comparado com os das grandes regiões metropolitanas, não existindo perspectivas sérias de alteração do atual estado de coisas sem medidas concretas, com efetivo impacto nas economias locais.

Fruto destas realidades, também do aumento generalizado das temperaturas e de significativas alterações nos padrões pluviométricos, acontece que vários destes territórios foram nos dois últimos anos fortemente devastados pelo fenómeno dos incêndios florestais, há várias épocas, de ocorrência menor que os ciclos produtivos das espécies arbóreas dominantes.

Fruto destas realidades, também do aumento generalizado das temperaturas e de significativas alterações nos padrões pluviométricos, acontece que vários destes territórios foram nos dois últimos anos fortemente devastados pelo fenómeno dos incêndios florestais, há várias épocas, de ocorrência menor que os ciclos produtivos das espécies arbóreas dominantes.

Ninguém, pelo menos na opinião dos subscritores, pode discordar que o governo saiba assumir uma política de descentralização e que no âmbito dessa política descentralize as sedes de Institutos Públicos e de outros Organismos do Estado pelo Território, após o adequado estudo

das vantagens e inconvenientes dessas alterações.

O desenvolvimento do território de forma mais harmoniosa exige correções nas políticas públicas que levem a uma descentralização na localização de serviços importantes, como será, eventualmente, o caso do INFARMED.

Receamos, contudo, que a decisão de alteração de localização do INFARMED, não tenha sido estudada nem discutida, surgindo apenas como uma compensação, pelo facto da candidatura do atual governo para instalar a Agencia Europeia do Medicamento no Porto, ter sido chumbada.

As recentes intervenções da direção do INFARMED levam-nos a rezear, que de facto, o assunto não terá sido estudado.

Este tipo de decisões não deve resultar de decisões pontuais, mas de um processo analisado e concertado onde sejam estudadas as varias hipóteses de localização.

Para Castelo Branco, Coimbra, Beja, Viana do Castelo, Faro, Évora, Mirandela, Bragança ou até para uma ilha dos Açores, entre muitas outras possíveis, a localização de organismos como o INFARMED, seria um importante fator de dinamização económico e científico, que não pode ser negligenciado em prol da coerência territorial e do dever que recai sobre o Estado de promover iguais oportunidades e a efetiva igualdade de todos os cidadãos.

Assim, ao abrigo, das normas constitucionais e regimentais, solicita-se a V. Exa., se digne a obter junto do Sr. Ministro da Saúde, resposta às seguintes questões:

- a) Foram estudadas outras alternativas de localização para o INFARMED?
- b) Em caso afirmativo, quais?
- c) A eventual transferência do INFARMED para as cidades de Castelo Branco, de Coimbra, de Viana do Castelo, de Faro, Portalegre, Beja ou Évora, de Mirandela, da Covilhã, de Bragança ou dos Açores, foi ou não equacionada?
- d) Em caso negativo, porquê?
- e) Que estudos foram realizados que levam a concluir pela escolha da cidade do Porto?
- f) Quem fez esses estudos?
- g) Quanto custaram e qual foi o procedimento seguido para a sua adjudicação?

Palácio de São Bento, 21 de dezembro de 2017

Deputado(a)s

ÁLVARO BATISTA(PSD)
MARGARIDA MANO(PSD)
FÁTIMA RAMOS(PSD)
JOSÉ SILVANO(PSD)
ANTÓNIO COSTA SILVA(PSD)
EMÍLIA CERQUEIRA(PSD)
CRISTÓVÃO CRESPO(PSD)
ANTÓNIO VENTURA(PSD)
MANUEL FREXES(PSD)
BERTA CABRAL(PSD)

Deputado(a)s

ANA OLIVEIRA(PSD)